

SUMÁRIO

Unidade Didática I

ELEMENTOS INTRODUTÓRIOS



CAPÍTULO 01

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, DIREITO FINANCEIRO E FINANÇAS PÚBLICAS: CONCEITOS E COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR 41

1. Conceitos 41
2. Competência para legislar sobre orçamento na federação 42
3. Lista de questões objetivas 45
4. Lista de questões discursivas 53

CAPÍTULO 02

ALICERCES DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA . 55

1. Conceitos 55
2. Instrumentos de planejamento: PPA, LDO e LOA 55
 - 2.1. Plano Plurianual: conceitos básicos 58
 - 2.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias: conceitos básicos 61
 - 2.3. Lei Orçamentária Anual: conceitos básicos 63
3. Ciclo orçamentário da LOA 64



Capítulo contém questões discursivas

4. Instrumentos retificadores da LOA: créditos adicionais	67
5. Lista de questões objetivas	70



CAPÍTULO 03

PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS 81

1. Conceitos	81
2. Unidade ou totalidade	81
3. Anualidade ou periodicidade	83
4. Universalidade	86
5. Orçamento bruto	89
6. Princípio da exclusividade	90
7. Princípio da não afetação ou não vinculação	94
8. Princípio da discriminação/ especialização/ especificação	100
9. Princípio da unidade de caixa	107
10. Princípio do equilíbrio	108
11. Princípio da proibição do estorno	114
12. Princípio da legalidade ou reserva legal	115
13. Princípio da publicidade	116
14. Princípio da clareza	117
15. Princípio da exatidão	117
16. Princípio da uniformidade	117
17. Princípio da transparência	117
18. Princípio da programação	119
19. Princípio da regionalização	120
20. Princípio do orçamento impositivo	121
21. Quadro resumo dos princípios	123
22. Lista de questões objetivas	125
23. Lista de questões discursivas	147



CAPÍTULO 04

EVOLUÇÃO DOS MODELOS ORÇAMENTÁRIOS 149

1. Introdução	149
2. Orçamento tradicional	150
3. Orçamento desempenho	151
4. Orçamento-programa	151

5. Orçamento base-zero	157
6. Orçamento participativo	159
7. Orçamento incremental	160
8. Novo orçamento desempenho	162
9. PART	163
10. Aperfeiçoamento do modelo orçamentário brasileiro	164
11. Lista de questões objetivas	165
12. Lista de questões discursivas	177

CAPÍTULO 05

CATEGORIAS DE ORÇAMENTO NA RELAÇÃO ENTRE O EXECUTIVO E O LEGISLATIVO 183

1. Tipos de orçamento quanto ao papel dos poderes no ciclo orçamentário	183
2. Tipos de orçamento quanto à obrigatoriedade de execução das dotações aprovadas na 3ª etapa da LOA	185
3. Lista de questões objetivas	189

Unidade Didática II

INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO



CAPÍTULO 06

PLANO PLURIANUAL - PPA 195

1. PPA na Constituição Federal	195
2. PPA Federal 2024-2027	200
2.1. Estrutura do PPA federal por dimensões	200
2.2. Recursos não orçamentários das ações não orçamentárias	214
2.3. Investimentos	215
2.4. Ciclo do PPA	216
2.5. PPA e o Planejamento Estratégico Institucional dos órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional	219
2.6. Comparativo do PPA federal atual com modelos anteriores	220
3. Lista de questões objetivas	224
4. Lista de questões discursivas	232



CAPÍTULO 07

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO	235
1. Atribuições da LDO na Constituição Federal de 1988	235
2. Atribuições da LDO na LRF	238
3. Outras atribuições da LDO na Constituição Federal de 1988, na LRF e na própria LDO federal	240
3.1. Papel da LDO na relação entre os poderes quando da elaboração da LOA	240
3.2. Papel da LDO no aumento das despesas com Pessoal	242
3.3. Outros papéis	243
4. Anexos da LDO	244
4.1. Anexo de Metas Fiscais - AMF	245
4.2. Anexo de Riscos Fiscais - ARF	250
4.3. Anexo Específico da União	252
4.4. EC 102/2019: novo anexo à LDO	254
5. Lista de questões objetivas	255
6. Lista de questões discursivas	270



CAPÍTULO 08

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - LOA	273
1. LOA na Constituição Federal e na LRF	273
2. Estrutura geral da LOA	278
2.1. Orçamento de Investimento	282
2.2. Orçamento da Seguridade Social	286
2.2.1. Composição das despesas da seguridade social na Federação	290
2.2.2. Observância específica para o orçamento da seguridade na elaboração do PLOA	290
2.3. Orçamento Fiscal	291
3. Lista de questões objetivas	292
4. Lista de questões discursivas	311

CAPÍTULO 09

INTEGRAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO	317
1. PPA na Constituição Federal	317
2. Prazos dos instrumentos de planejamento	318
3. Lista de questões objetivas	322



CAPÍTULO 10

CRÉDITOS ADICIONAIS 327

1. Finalidades e formas de abertura 327
2. Fontes de créditos adicionais 330
3. Lista de questões objetivas 335
4. Lista de questões discursivas 355

Unidade Didática III

CICLO ORÇAMENTÁRIO NA UNIÃO

CAPÍTULO 11

SISTEMA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO FEDERAL 365

1. Sistemas organizacionais 365
2. Sistema de planejamento e orçamento 368
 - 2.1. Unidades de Planejamento 370
 - 2.2. Unidades de Orçamento 371
 - 2.3. Órgãos Específicos 371
 - 2.4. Órgãos Setoriais 374
 - 2.5. Unidades Orçamentárias 374
3. Lista de questões objetivas 376

CAPÍTULO 12

CICLO ORÇAMENTÁRIO DA LOA E CICLO ORÇAMENTÁRIO AMPLIADO 389

1. Ciclo orçamentário da LOA 389
2. Ciclo orçamentário ampliado 392
3. Lista de questões objetivas 393



CAPÍTULO 13

1ª ETAPA: ELABORAÇÃO DA LOA 403

1. O SIOP na fase de elaboração 403
2. Elaboração da LOA e a interação entre o Executivo e os demais poderes 404
3. Papel dos integrantes do sistema de planejamento e orçamento na elaboração da LOA 406

4.	Composição do PLOA quando do envio	408
5.	Lista de questões objetivas	411
6.	Lista de questões discursivas	415



CAPÍTULO 14

2ª ETAPA: DISCUSSÃO, VOTAÇÃO E APROVAÇÃO DA LOA 417

1.	Fluxo geral da etapa e principais atores	417
2.	Requisitos para aprovação de emendas à LOA	420
3.	Emendas Impositivas Individuais e as ECS 86/2015, 105/2019 e 126/2022	423
4.	Emendas Impositivas Estaduais e as ECS 100 e 102 de 2019	431
5.	Demais tipos de emendas	434
6.	O modelo federal atual: orçamento híbrido e/ou impositivo flexível	438
6.1.	Visão Normativa	438
6.2.	Visão Doutrinária	439
6.3.	Conclusão	442
7.	Lista de questões objetivas	443
8.	Lista de questões discursivas	461



CAPÍTULO 15

EVENTOS POSSÍVEIS ENTRE A APROVAÇÃO E PUBLICAÇÃO DA LOA 467

1.	Generalidades	467
2.	A LOA pode ser rejeitada?	467
3.	O que ocorre quando o presidente veta parcialmente a LOA?	468
4.	E se a LOA não for sancionada até 31/12?	469
5.	Como se dá a inserção de dados no SIAFI?	471
6.	Lista de questões objetivas	472
7.	Lista de questões discursivas	476



CAPÍTULO 16

3ª ETAPA: EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 479

1.	Prazos e componentes da programação orçamentária e financeira	479
2.	Controles existentes sobre o fluxo de ingressos e dispêndios	484
3.	Detalhamento sobre a limitação de empenho nos demais poderes ...	490
4.	Descentralização de crédito e de recursos	495

4.1. Descentralização de créditos	496
4.2. Descentralização de Recursos	497
5. Lista de questões objetivas	499
6. Lista de questões discursivas	513



CAPÍTULO 17

4ª ETAPA: CONTROLE E AVALIAÇÃO	517
1. Principais atores e atribuições	517
2. Controle durante a execução orçamentária	518
3. Controle <i>ex-post</i> : prestação de contas do presidente da república	519
4. Lista de questões objetivas	525
5. Lista de questões discursivas	534

CAPÍTULO 18

VEDAÇÕES GERAIS AO CICLO ORÇAMENTÁRIO	537
1. Vedações absolutas e relativas	537
2. Lista de questões objetivas	543

Unidade Didática IV

ELEMENTOS ORÇAMENTÁRIOS NA FEDERAÇÃO

CAPÍTULO 19

INGRESSOS E DISPÊNDIOS	559
1. Ingressos e dispêndios	559
2. Situações especiais	563
2.1. Restos a Pagar e Serviço da Dívida a Pagar: inscrição e cancelamento	563
2.2. SOC - Superávit do Orçamento Corrente	564
2.3. Receitas dos Conselhos Profissionais e dos Serviços Sociais Autônomos	565
3. Lista de questões objetivas	565



CAPÍTULO 20

	RECEITA ORÇAMENTÁRIA: CLASSIFICAÇÕES	575
1.	Classificações existentes	575
2.	Classificação da receita quanto à natureza	576
2.1.	Classificação da receita quanto à categoria econômica - 1º nível quanto à natureza	579
2.2.	Classificação da receita quanto à origem - 2º nível quanto à natureza	581
2.3.	Classificação da receita quanto à espécie e quanto ao desdobramento para identificação de peculiaridades da receita - 3º e 4º níveis quanto à natureza	584
2.4.	Classificação da receita quanto ao Tipo - 5º nível quanto à natureza	585
2.5.	Situações Especiais	590
2.5.1.	Taxa de Ocupação de Imóveis	590
2.5.2.	“Taxa” de Inscrição em concursos públicos	590
2.5.3.	Dividendos e Royalties	590
2.5.4.	Juros e Aplicações financeiras	590
2.5.5.	Juros e Amortização de Empréstimos	591
2.5.6.	Concessões, Permissões e Pedágios	591
2.5.7.	Alienação de Bens Apreendidos ou Caucionados	591
2.5.8.	Empréstimos Compulsórios	591
2.5.9.	Alienação de Estoques Reguladores	591
2.5.10.	Receitas de transferências correntes e receitas de transferência de capital	591
2.5.11.	Doações	592
2.5.12.	Aplicações Financeiras no mercado e Aplicações Financeiras na Conta única	592
2.5.13.	Alienação de Títulos, Alienação de Investimentos	592
2.5.14.	Excedente da Cessão Onerosa do Pré-Sal	592
3.	Classificação da receita por fonte	593
3.1.	Códigos Utilizados	595
3.2.	Aplicações da fonte de recursos na União	598
4.	Classificação da receita para apuração do resultado primário	601
5.	Classificação por esfera orçamentária	602

6. Classificação da receita quanto aos efeitos sobre o patrimônio líquido - aspecto contábil	602
7. Classificação da receita quanto à coercitividade	604
8. Classificação da receita quanto à periodicidade	605
9. Tabela resumo	606
10. Lista de questões objetivas	607
11. Lista de questões discursivas	623

CAPÍTULO 21

RECEITA ORÇAMENTÁRIA: ETAPAS E ESTÁGIOS 627

1. Etapas e estágios da receita orçamentária	627
2. Etapa de planejamento	628
3. Etapa de execução	628
3.1. Lançamento	628
3.2. Arrecadação	630
3.3. Recolhimento	630
4. Etapa de controle e avaliação	630
5. Considerações finais	631
5.1. Receitas Orçamentárias	631
5.2. Receitas Extraorçamentárias	631
6. Lista de questões objetivas	631

CAPÍTULO 22

DÍVIDA ATIVA 643

1. Dívida ativa	643
2. Securitização da dívida ativa	646
3. Lista de questões objetivas	648



CAPÍTULO 23

DESPESA ORÇAMENTÁRIA: CLASSIFICAÇÕES 659

1. Classificações existentes	659
2. Classificação da despesa por esfera orçamentária	661
3. Classificação institucional	663
4. Classificação funcional	665
4.1. Função	665
4.2. Subfunção	671

5.	Classificação Programática	674
5.1.	Programa	674
5.2.	Ação	675
5.3.	Subtítulos	678
5.4.	Plano Orçamentário	679
5.5.	Padronização de ações no âmbito federal	681
5.6.	Meta física	682
6.	Classificação por IDOC, IDUSO e fonte de recursos	683
7.	Classificação quanto à natureza (“classificação econômica”)	702
7.1.	Classificação da despesa quanto à categoria econômica – visão da Lei nº 4.320/1964	702
7.2.	Classificação da despesa quanto à natureza – visão da Por- taria STN/SOF nº 163/2001	705
7.2.1.	Grupo Natureza da Despesa – 2º nível da classifi- cação da despesa quanto à natureza	707
7.2.2.	Modalidade de aplicação – 3º nível da classificação da despesa quanto à natureza	710
7.2.3.	Elemento da Despesa – 4º nível da classificação da despesa quanto à natureza	715
7.2.4.	Situação Especial – Gastos efetivos e não efetivos	718
8.	Classificação da despesa por identificador de resultado primário	722
9.	Classificação da despesa quanto aos efeitos sobre o patrimônio público: efetivas e não efetivas (por mutação)	724
10.	Tabela-síntese da classificação da despesa	726
11.	Lista de questões objetivas	729
12.	Lista de questões discursivas	744



CAPÍTULO 24

DESPESA ORÇAMENTÁRIA: ETAPAS E ESTÁGIOS 747

1.	Etapas e estágios da despesa orçamentária	747
2.	Etapa de planejamento	748
2.1.	Estágio de Fixação	748
2.2.	Estágio de descentralização de créditos orçamentários	748
2.3.	Programação orçamentária e financeira	752
2.4.	Estágio da Licitação	753
3.	Etapa de execução	755

3.1. Estágio do Empenho	755
3.2. Estágio da Liquidação	758
3.3. Estágio do Pagamento	760
4. Etapa de controle e avaliação	760
5. Considerações finais	761
5.1. Despesas Orçamentárias	761
5.2. Despesas Extraorçamentárias	761
6. Lista de questões objetivas	761
7. Lista de questões discursivas	774



CAPÍTULO 25

RESTOS A PAGAR 779

1. Conceito	779
2. Controles gerais sobre restos a pagar previstos na LRF	782
3. Controles específicos sobre os restos a pagar processados	783
4. Controles específicos sobre os restos a pagar não processados	785
4.1. Tratamento após a inscrição: regra a contar de 31/12/2018 ...	786
5. Restos a pagar de despesas plurianuais	791
6. Prescrição e cancelamento de restos a pagar	793
7. Cancelamento, “reinscrição” de restos a pagar e reaproveitamento de restos a pagar	796
8. Lista de questões objetivas	797
9. Lista de questões discursivas	814



CAPÍTULO 26

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES 819

1. Conceito	819
2. Situação 1 – despesas que não se tenham processado na época própria	819
3. Situação 2 – restos a pagar com prescrição interrompida	820
4. Situação 3 – compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício	821
5. DEA versus apuração de responsabilidade	824
6. Lista de questões objetivas	826
7. Lista de questões discursivas	840



CAPÍTULO 27

SUPRIMENTO DE FUNDOS	845
1. Conceito	845
2. Suprimento de fundos: fases	847
2.1. Concessão	848
2.2. Aplicação	854
2.3. Comprovação	854
3. Lista de questões objetivas	857
4. Lista de questões discursivas	872

Unidade Didática V

CONTROLE FISCAL NA FEDERAÇÃO



CAPÍTULO 28

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	877
1. Base constitucional e abrangência da lei	877
2. Princípios	877
3. Conceitos iniciais	878
4. Receita	889
4.1. Renúncia de Receita	890
5. Despesa	894
5.1. Aumento das despesas em geral	895
5.2. Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC)	896
5.3. Despesa com Pessoal	899
5.3.1. O que é?	899
5.3.2. Limites e consequências pela sua ultrapassagem	904
5.3.3. Controle de Gastos com Pessoal no Legislativo Municipal	914
5.4. Despesas com a Seguridade Social	916
5.5. Destinação de Recursos para o Setor Privado	917
5.6. Transferências Voluntárias	919
6. Dívidas e endividamento (dívida consolidada, dívida mobiliária, operações de créditos/garantias e contragarantias, ARO, Restos a Pagar)	924

6.1. Dívida consolidada e mobiliária	925
6.2. Operações de Crédito	936
6.3. Garantias e Contragarantias	942
6.4. ARO	946
6.5. Restos a Pagar	950
7. Preservação do patrimônio público	950
8. Instrumentos de transparência	951
8.1. Relatório de Gestão Fiscal – RGF	953
8.1.1. Responsabilidade pela emissão	953
8.1.2. Estrutura do RGF e prazos para publicação	956
8.2. RREO	962
9. Escrituração e consolidação	971
10. Fiscalização	975
11. Flexibilização das regras fiscais em caso de PIB inferior a 1%	976
12. Flexibilização das regras fiscais em caso de calamidade pública	977
13. Lista de questões objetivas [CESPE]	979
14. Lista de questões objetivas [FCC]	1007
15. Lista de questões objetivas [FGV]	1035
16. Lista de questões discursivas	1058



CAPÍTULO 29

PRECATÓRIOS: REGIME GERAL E REGIME ESPECIAL 1115

1. Conceito	1115
2. Prioridade de pagamento e cessão do crédito a terceiro	1118
3. Inclusão na LOA e data limite de pagamento	1121
4. Possibilidade quanto ao uso dos créditos líquidos e certos dos precatórios	1121
5. Compensação de débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa, e constituídos contra o credor original pela fazenda pública	1122
6. Compensação entre Entes e pessoas jurídicas de direito público	1124
7. Monitoramento e Atualização Monetária: retrospecto	1124
8. Atuação do Judiciário	1127
9. Regime Especial de Pagamento para entes em atraso: retrospecto da EC 62/2009	1127

10. Regime especial de pagamento de precatórios para estados, DF e municípios em atraso: EC 94/2016, EC 99/2016 e EC 109/2021 .	1129
10.1. Alcance e percentual mínimo	1129
10.2. Recursos para quitação dos precatórios para entes em regime especial	1130
10.3. Preferências de pagamento	1132
10.4. Sequestro de valores	1132
10.5. Desapropriações	1132
10.6. Consequências em caso de descumprimento do pagamento ..	1132
10.7. Encontro de contas: compensação com a dívida ativa	1133
11. Cancelamento de Precatórios na União e a ADIN 5755	1137
12. Lista de questões objetivas	1138
13. Lista de questões discursivas	1158

CAPÍTULO 30

CRÉDITO PÚBLICO	1161
1. Conceitos	1161
2. Classificações	1162
3. Condições	1162
4. Fases	1164
4.1. Operação de Crédito Interna	1164
4.2. Operação de Crédito Externa	1165
5. Garantias	1166
5.1. Estados e Municípios	1166
5.2. União	1167
6. Limites gerais: estados e municípios	1168
6.1. Fluxo de Contratação de Operação de Crédito	1168
6.2. Estoque da Dívida	1168
6.3. Fluxo de Pagamento de Operação de Crédito	1169
7. CAPAG, Garantias e SADIPEM	1169
7.1. CAPAG	1169
7.2. Garantias da União	1172
7.3. SADIPEM	1175
8. Lista de questões objetivas	1175



CAPÍTULO 31

FUNDOS ESPECIAIS	1183
1. Conceito	1183
2. Tipos	1183
3. Características gerais dos fundos	1184
4. Lista de questões objetivas	1186
5. Lista de questões discursivas	1188



CAPÍTULO 32

REGIMES FISCAIS PERMANENTES, TRANSITÓRIOS E EXTRAORDINÁRIOS NA FEDERAÇÃO: EC 109/2021 E LC 200/2023	1191
1. Modelos de regimes fiscais	1191
2. Regime fiscal sustentável conforme a Lei Complementar 200/2023	1194
2.1. Antecedentes	1194
2.2. Aplicação	1196
2.3. Relação do regime fiscal sustentável com a LDO e LOA	1196
2.4. Metodologia	1197
2.5. Medidas de ajuste fiscal	1205
2.6. Uso do excedente de resultado primário	1210
3. Espaço fiscal dos precatórios até 31/12/2026: EC 114/2021 e o STF	1211
4. Regime fiscal “facultativo” para estados e municípios	1212
5. Regime fiscal extraordinário fiscal da União em caso de calamidade pública	1215
6. Lista de questões objetivas	1218
7. Lista de questões discursivas	1219

Unidade Didática VI

NOÇÕES DE ECONOMIA NO SETOR PÚBLICO

CAPÍTULO 33

FALHAS DE MERCADO	1233
1. Intervenção do Estado na economia: falhas de mercado	1233
2. Bens públicos	1236

3.	Externalidades	1238
4.	Mercados incompletos	1240
5.	Poder de mercado	1240
6.	Monopólios naturais	1241
7.	Assimetria de informações	1242
8.	Ocorrência de desemprego e inflação	1243
9.	Lista de questões objetivas	1243



CAPÍTULO 34

FUNÇÕES ECONÔMICAS DO ORÇAMENTO 1251

1.	Atribuições econômicas do Estado	1251
2.	Função alocativa	1251
3.	Função distributiva	1253
4.	Função estabilizadora	1255
5.	Lista de questões objetivas	1259
6.	Lista de questões discursivas	1273

CAPÍTULO 35

HIPÓTESES TEÓRICAS DO CRESCIMENTO DAS DESPESAS PÚBLICAS 1277

1.	Razões do crescimento das despesas públicas	1277
2.	Interpretações neoclássicas e keynesianas	1277
3.	Interpretações neoinstitucionais e a importância da burocracia	1284

Unidade Didática VII

TÓPICOS ESPECIAIS



CAPÍTULO 36

FEDERALISMO FISCAL 1289

1.	Conceitos e características	1289
1.1.	Impactos sobre as funções econômicas orçamentárias em uma federação	1290
1.1.1.	Função alocativa	1290
1.1.2.	Função distributiva	1290

1.1.3.	Função estabilizadora	1291
1.1.4.	Responsabilidade pelas funções econômicas do orçamento no federalismo fiscal	1291
1.2.	Impactos sobre o sistema tributário	1292
1.3.	Impactos sobre o sistema de transferências de recursos	1293
2.	Peculiaridades do federalismo fiscal no Brasil	1295
2.1.	Quais as competências tributárias de cada ente?	1296
2.2.	Como se dá repartição das receitas tributárias?	1298
2.3.	Como se dá repartição dos fundos constitucionais: FPE e FPM?	1305
2.4.	Quais as atribuições das responsabilidades públicas por gastos?	1310
2.4.1.	Despesas com Educação	1310
2.4.2.	Despesas com Saúde	1318
3.	Considerações finais	1320
4.	Lista de questões objetivas	1323
5.	Lista de questões discursivas	1339



CAPÍTULO 37

	SIAFI	1343
1.	Histórico do SIAFI	1343
1.1.	Antecedentes	1344
1.2.	Implantação do SIAFI	1344
2.	Conceito	1346
3.	Objetivos	1346
4.	Estrutura do sistema	1348
5.	Modalidades de uso do SIAFI e formas de acesso	1349
5.1.	Modalidades de uso do SIAFI	1349
5.2.	Formas de acesso da UG ao SIAFI	1350
6.	Segurança do sistema	1352
6.1.	Instrumentos e princípios	1352
6.2.	Horário de funcionamento	1353
6.3.	O Sistema SENHA e os usuários do SIAFI	1353
6.3.1.	Cadastradores e Operadores: responsabilidades	1357

6.3.2. Acesso ao SIAFI permitido por lei para entidades privadas	1359
6.3.3. Acesso ao SIAFI permitido para organismos internacionais	1359
6.4. Fornecimento de dados	1360
7. Conformidade de registros de gestão e conformidade contábil	1361
8. Documentos utilizados pelo sistema	1366
8.1. GRU	1369
9. Lista de questões objetivas	1370
10. Lista de questões discursivas	1383

CAPÍTULO 38

CONTA ÚNICA DO TESOURO NACIONAL 1385

1. Conceitos	1385
2. Aspectos constitucionais, legais e infralegais	1386
3. Contas especiais (recursos federais fora da conta única)	1388
4. Subcontas na conta única	1390
5. Aspectos específicos da programação financeira	1391
6. Encerramento de contas correntes	1392
7. Movimentação de recursos na conta única	1393
7.1. Ordem bancária	1395
7.1.1. Tipos de ordem bancária	1396
7.1.2. Cancelamento de OB	1398
8. Aplicação financeira na conta única	1399
9. Conciliação bancária	1401
10. Lista de questões objetivas	1402

CAPÍTULO 39

ORDENADOR DE DESPESAS 1415

1. Conceito	1415
2. Ordenador primário e secundário	1415
3. Delegação de competência	1416
3.1. Culpa <i>in eligendo</i> e Culpa e <i>in vigilando</i>	1418
4. Atos discricionários do ordenador de despesas	1419
5. Posicionamento do ordenador de despesas face aos pareceres jurídicos e técnicos	1420

6.	Mitigação de riscos pelo ordenador de despesas	1421
7.	Dolo, erro grosseiro, erro formal sob a perspectiva da LINDB e da LIA	1422
7.1.	Erro grosseiro versus erro não grosseiro (leve ou formal)	1423
7.2.	Escala de erro grosseiro	1426
7.3.	O dever de indenizar	1427
7.4.	O dever de apurar	1429
7.5.	O custo de não fazer nada	1430

CAPÍTULO 40

TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS E EMERGENTES EM ORÇAMENTO PÚBLICO

		1431
1.	Princípios da boa governança orçamentária da OCDE	1431
2.	Princípios de governança orçamentária	1431
3.	Formas de avaliar a qualidade do gasto e o <i>spending review</i>	1434
4.	<i>Medium-term expenditure framework</i> - MTEF	1438
5.	Tópicos emergentes	1441
5.1.	Orçamento verde	1441
5.2.	Orçamento Sensível a Gênero (OSG)	1443
5.2.1.	Conceito	1443
5.2.2.	Implementação	1443
5.2.3.	Experiências internacionais do OSG	1444
5.2.4.	Experiência brasileira do OSG	1446
	BIBLIOGRAFIA	1449